

## **Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas**

### **Décima Sexta Sessão**

**Nova York, 24 de abril a 5 de maio de 2017**

#### **Item 8 Discussão sobre o tema “Décimo aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas: medidas tomadas para implementar a Declaração”**

Desenvolvido pelos participantes do Workshop de Capacitação do Acesso ao Projeto na Décima Sexta Sessão do UNPFII (2017), incluindo: o Conselho Internacional do Tratado da Índia; Tribal Link; Xuri Xuri (África-Botsuana); Musa Usman Ndamba (África-Camarões); Martha Ntoipo (África-Tanzânia); Rod Little (Pacífico-Austrália); Ivince Mitchel Auguiste (América Central, América do Sul e Caribe-Dominica); Janene Yazzie (América do Norte - Nação Navajo); Ulai Baya (Pacífico-Fiji); e Ghazali Ohorella (Pacífico Ilhas Molucas)

Apresentado por: Ivince Mitchel Auguiste, Organização do Desenvolvimento Caribenho Ameríndio (América do Sul e Central e Caribe).

Obrigado Senhora Presidente.

Reconhecemos o trabalho de nossos antecessores na promoção da adoção da Declaração e o progresso feito por alguns estados para superar os desafios de implementação em nível nacional, como o governo estadual da Comunidade Dominicana que estabeleceu o Ministério de Assuntos de Kalinago, e ratificou a OIT 169.

No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que a Declaração seja mantida como o padrão mínimo para a proteção dos direitos dos Povos Indígenas. Por exemplo, o relatório da EGM destaca as boas práticas em alguns países africanos, mas a realidade é que a Declaração foi adotada como um bloco regional que resultou em progresso em alguns países enquanto outros continuam aquém. Embora tenha havido movimentos positivos na República Democrática do Congo para implementar a Declaração – e as constituições tanto de Camarões quanto do Quênia fazem referência específica à existência dos Povos Indígenas – a maioria dos países africanos ainda não reconhece sua existência. Isso é inaceitável.

O reconhecimento de algumas disposições, mas não de outras, decorre da implementação gradual da Declaração. Por exemplo, a Declaração é aceita na Lei de Direitos Humanos do Território da Capital Australiana, mas não há implementação pelo governo australiano. A resistência é baseada no medo infundado sobre o impacto na grande sociedade australiana. Esse argumento também é usado pelos Estados Unidos e se baseia na falsa suposição de que a implementação da Declaração representa uma ameaça para as populações não indígenas.

Alguns Estados, como alguns Estados do Pacífico que se abstiveram na adoção da Declaração, argumentam que ela não é relevante porque consideram os Povos Indígenas constituintes, cujos direitos já são protegidos pelas leis existentes. Outros, como Botsuana, evitam a implementação adotando a posição de que todos os cidadãos, exceto os naturalizados, são indígenas. Esses argumentos continuam criando vulnerabilidades para os povos indígenas. Isso é inaceitável.

É necessário que os Povos Indígenas e os estados aprendam com os sucessos colaborativos de outros; estabeleçam órgãos independentes; e que implementem a Declaração em sua totalidade enquanto monitoram o progresso significativo. O compartilhamento consistente de informações nos permitirá criar estratégias mais eficazes e eficientes para todos os Povos Indígenas. Todos nós devemos lutar pelo pleno reconhecimento e implementação efetiva pelos Estados em vez de continuar celebrando a passagem do tempo desde a adoção da Declaração.

Para isso, fazemos as seguintes recomendações:

1. Apelamos aos Povos Indígenas para que estabeleçam um órgão de monitoramento independente para relatar progressos e desafios da implementação da Declaração em sua totalidade ao Especialista de Mecanismo sobre os Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP) e que afirma, nos termos dos artigos 38 e 39 da Declaração, dê suporte para o desenvolvimento deste órgão.
2. Recomendamos ainda que as próximas quatro Reuniões do Grupo de Especialistas forneçam diretrizes sobre a implementação da Declaração, com início em 2018 com foco prioritário no Livre, Prévio e Informado Consentimento e para determinar protocolos culturalmente apropriados para manter isso.

Certo.

Obrigado Senhora Presidente